

## RELAÇÕES DE PODER E LIMITES DOS SERVIÇOS DE ATES EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Marcos Botton Piccin<sup>1</sup>  
Vinicius P. Dalbianco<sup>2</sup>  
Marcelo Trevisan<sup>3</sup>  
Maurício Botton Piccin<sup>4</sup>

### Resumo

Analisa-se neste artigo o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) realizado em assentamentos rurais. O campo de análise é o assentamento Ceres, localizado no município de Jóia, estado do Rio Grande do Sul. Investigam-se as possibilidades de ação, influência e de trabalho dos técnicos de ATES a partir da consideração de um campo de poderes assimétricos formado por um conjunto de agenciamentos que instituem o assentamento enquanto espaço social. Dentre os principais agentes e instituições desse espaço social, encontram-se: os agricultores-assentados, as direções do MST, direções de cooperativas, direções do assentamento, agricultores vizinhos ao assentamento, redes de relações diversas, como grupos de cooperação e produção, redes mercantis regionais, e a assessoria técnica, que está submetida a uma dada institucionalidade do Programa de ATES. Esses agentes e instituições estruturam um conjunto de autonomias relativas aos participantes do espaço social, o que enquadra as possibilidades de ação dos agentes de ATES envolvidos. Isso restringe o serviço de assessoramento às tessituras de poder que no espaço social do assentamento se manifestam.

**Palavras chave:** Assentamento Ceres, assentamentos rurais, ATES

---

<sup>1</sup> Médico Veterinário, mestre em Ciências Sociais, doutorando do Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). marcospiccin@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo, mestrando em Extensão Rural, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinidalbianco@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Engenheiro Agrônomo, especialista em Residência Agrária, servidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do RS (INCRA), marcelomtrevisan@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Médico Veterinário pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mauriciopiccin@gmail.com.

## **POWER RELATIONSHIPS AND THE LIMITS OF TECHNICAL ASSISTANCE AND AGRICULTURAL EXTENSION SERVICE IN RURAL SETTLEMENTS**

### **Abstract**

The Technical, Social and Environmental Service (ATES) made in rural settlements is analyzed in the present paper. The field of analysis is the settlement Ceres, located in Jóia, state of RS. It is also investigating the possibilities of action, influence and work by ATES technicians from the account of a field of asymmetric power formed by a number of agencies that establish the settlement as a social space. Among the key players and institutions of social space are: farmers-settlers, the directions of the MST, directions for co-direction of the settlement, neighboring farmers for settlement, various networks of relationships, also groups of cooperation and production, regional market networks, and technical advice, which is subject to a given institutional of the ATES program. These actors and institutions structured a set of autonomy for the participants of the social space, which fits the scope of action of the ATES agents involved. This restricts the support service to the intertwining power manifested in the social space of the settlement.

**Keywords:** ATES, rural settlements, settlement Ceres.

### **1. INTRODUÇÃO**

Neste artigo analisa-se o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) realizado em assentamentos rurais. Toma-se o assentamento Ceres, localizado no município de Jóia (RS), como campo de análise. Esse assentamento foi criado oficialmente em 1997, em área de 2.005,25 hectares adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na qual foram assentadas 113 famílias, a partir das mobilizações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Investigam-se as possibilidades de ação, influência e de trabalho dos técnicos de ATES a partir da consideração de um campo de poderes assimétricos formado por um conjunto de agenciamentos que instituem o assentamento enquanto espaço social.

Um assentamento de reforma agrária é constituído de complexas inter-relações sociais, econômicas e culturais, que configuram um ambiente marcado por assimetrias e relações de poder. É neste ambiente que os agentes de ATES interagem com os agricultores-assentados, com as direções do assentamento, direções de cooperativas e direções do MST; e em redes de relações diversas, como grupos de cooperação e produção, de parentesco, religiosas, entre outras. Relações sociais diversas com

agricultores vizinhos ao assentamento, redes mercantis regionais e a dinâmica socioeconômica regional também influenciam objetiva e subjetivamente o assentamento e, portanto, os trabalhos de ATES. Esse espaço social estrutura um conjunto de autonomias relativas aos seus participantes, o que enquadra as possibilidades de ação dos técnicos de ATES envolvidos. Ainda há uma dada natureza institucional que instaura esse serviço como política pública e demarca determinadas margens de ação e de relação com os demais agentes. Deste modo, objetiva-se com este artigo analisar o trabalho e ação dos agentes de ATES a partir da elucidação e problematização do campo de poderes assimétricos que constitui o espaço social do assentamento.

A noção de campo de poderes assimétricos utilizada neste artigo está referenciada na teoria do *espaço social* elaborada por Bourdieu (2002). A abordagem que o autor realiza procura entender as múltiplas determinações do mundo social a partir da posição social ocupada pelos diferentes agentes ou grupos de agentes. Deste modo, o *espaço social* é concebido como uma representação do mundo social, nas suas várias dimensões, sendo construído a partir de princípios de *diferenciação* ou *distribuição* pela expressão e reconhecimento de propriedades incorporadas diferentemente entre os indivíduos. Essas propriedades são *atuantes* porque interferem na constituição do espaço social e são entendidas como as diferentes espécies de *poder* ou de *capital* acumuladas pelos agentes, como o capital econômico, o capital cultural, e também o capital simbólico, geralmente conhecido como prestígio, reputação. Assim, a posição de um determinado agente no espaço social depende da quantidade de propriedades atuantes reconhecidas pelos demais. Na medida em que as propriedades *atuantes* funcionam como disposições sociais, o espaço pode ser entendido também como um *campo de forças*, onde operam um conjunto de forças objetivas que não podem ser apenas reduzidas às vontades individuais dos agentes, ou mesmo às suas interações. O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele estrutura assimetricamente disposições sociais de acordo com a posição que um agente específico ocupa no seu seio. Em outras palavras, os fatores ligados às diferentes posições no espaço social medem a situação dos indivíduos em termos de experiências e de vantagens relativas no quadro de relações econômicas, sociais e culturais, constituindo hierarquias e desigualdades. Do sistema de posições e relações sociais construídas, alteradas e redefinidas que se obtêm ou não eficácia política às ideias e iniciativas (como às relacionadas com a modernização da agricultura) que valorizam ou não conhecimentos, saberes e determinados projetos de futuro.

A bibliografia especializada sobre os programas de extensão rural para os agricultores familiares tem destacado, principalmente, dois enfoques. Com relação aos assentamentos de reforma agrária, se dedicam a analisar os programas estatais tendo em vista sua estrutura, (in)eficiência

e diretrizes institucionais que orientam o serviço.<sup>5</sup> Outro enfoque tem sido a análise da formação dos técnicos, chegando a conclusões de sua inadequação tanto à realidade dos agricultores quanto às exigências de perfil profissional requeridas pelos programas institucionais de ATES.<sup>6</sup> No entanto, nesses estudos, pouca atenção tem-se dado às “tessituras das relações de poder” (Caume, 2002) que instituem o assentamento rural como um espaço social, cujos discursos e práticas agenciam poder e definem as autonomias relativas de seus integrantes. Sem negarmos as conclusões que esses estudos chegam sobre a formação profissional, seria possível levantar a hipótese de que: se for desconsiderado o campo de poderes assimétricos em que os técnicos estão inseridos em assentamento rural, corre-se o risco de atribuir-se exagerada responsabilidade e expectativa sobre os mesmos na gestão de processos de desenvolvimento. Além disso, os próprios técnicos, antes de entrarem num assentamento, tendem a criar uma imagem de sua intervenção que, com o tempo, se mostra fantasiosa, devido às possibilidades de intervenção na realidade se apresentarem mais restritas que as expectativas anteriores. Quando, finalmente, percebem de fato que suas autonomias são restritas, o “desencantamento” é revestido por desesperança.<sup>7</sup>

Assim, este artigo pretende contribuir para problematizar os serviços de ATES e visualizar um campo de ação e de autonomia relativa dos técnicos em situações de assentamento rural, no assentamento Ceres. O artigo está dividido em oito seções, incluindo esta introdução e considerações finais: na segunda seção realizam-se alguns apontamentos sobre os agentes e o método teórico da análise. Na terceira seção apresenta-se o assentamento Ceres, seus principais aspectos fundantes e o contexto regional onde os técnicos de ATES agem e ao qual estão subordinados. Na quarta seção, analisa-se a natureza institucional do programa de ATES, que o instaura como política pública e demarca determinadas margens de ação e de relação com os demais agentes. Na quinta seção, analisa-se o que é conhecido internamente no assentamento como a *lógica do rolo* e a *lógica da empresa social*. A nosso ver, esse é um aspecto fundamental a partir do qual se podem discutir as direções do MST e do assentamento, em relação aos agricultores-assentados e técnicos. Na sexta seção, aborda-se a dinâmica de demanda de trabalho enfrentada pelos técnicos de ATES, na qual se discute a relação com o crédito rural e orientações sobre a agroecologia. Também, pretende-se problematizar a orientação do MST, segundo a qual, os técnicos devem residir no assentamento rural para a prestação de melhores serviços. Na sétima seção, analisa-se a relação dos técnicos de ATES com os agricultores-

---

<sup>5</sup> Vide Guanziroli et al. (2003); Dias (2004); Pimentel (2007).

<sup>6</sup> Vide Diesel et. al. (2007), Dias (2008); Silva e Araújo (2008).

<sup>7</sup> Quem minimamente convive/conviveu, ou foi técnico em assentamento de reforma agrária, ou teve a oportunidade de entrevistá-los, percebe claramente essa afirmação.

assentados quanto às estratégias de trabalho, assim como as reações destes últimos. Na oitava seção, realizam-se algumas considerações finais.

Os dados empíricos aqui apresentados e analisados foram gerados por ocasião da pesquisa de mestrado do primeiro autor (Piccin, 2007), cujo campo foi realizado entre os meses de maio a julho de 2006. A metodologia utilizada foi a da observação direta (Jaccoud; Mayer, 2008) e valeu-se tanto de técnicas para a geração de dados quantitativos quanto qualitativos. Utilizou-se: a) um questionário tipo *survey*, com o qual se estabeleceu informações gerais sobre todos os agricultores-assentados; b) vivência do cotidiano dos grupos familiares; c) entrevistas em profundidade de uma amostra de grupos familiares e com direções do MST; e, d) entrevistas com a assessoria técnica e direções da Cooperativa do assentamento. Além disso, este artigo conta com dados empíricos recolhidos em diferentes momentos pelos demais autores.

## **2. SOBRE O MÉTODO DE ANÁLISE E OS AGENTES NO ASSENTAMENTO CERES**

O uso do referencial bourdieuniano é fundamental para esta análise porque permite uma aproximação analítica às autonomias de ação dos agentes sempre em relação aos demais participantes. Deste modo, a atribuição de sentidos, valores e compreensões/conhecimentos que enquadram as margens individuais de ação, tanto no assentamento quanto nos lotes, não são da ordem de uma autonomia absoluta por parte de nenhum dos agentes separadamente. O assentamento é, assim, entendido como um espaço marcado por relações de força, de cooperação e de disputa, em que diferentes agentes trabalham material e simbolicamente para produzir socialmente este espaço. Neste sentido, Bourdieu (2002) destaca que todo o campo é um lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. A legitimidade dos agentes no interior do campo surge a partir da possibilidade de pôr em causa a *doxa*, entendida pelo autor como a aceitação da ordem existente como algo evidente e natural. Assim, a força simbólica dos agentes envolvidos nessa luta nunca é independente da sua posição no jogo, o que em parte explica porque os agentes que detêm um maior volume de capitais conseguem impor a sua visão de mundo como legítima. Nesse caso, mesmo reconhecendo a existência do *hegemon*, ele se constrói sempre em relação ao subordinado e por esse motivo tanto as condições culturais objetivas quanto as subjetivas sobre o território são socialmente co-determinadas: resultado das interações com instituições, como o INCRA e o MST e seus mediadores; com grupos de agricultores e membros da própria família; com outras instituições sociais religiosas, políticas, econômicas e culturais em suas dimensões culturais, de conhecimento e de expressão de diferenciais de poder.

Além disso, é importante reconhecer que um assentamento rural possui, ao menos, três características que o particulariza quando a análise se estabelece com relação a outras frações de agricultores familiares: a) é criado por uma ação estatal, o qual assume a responsabilidade por seu desenvolvimento (Leite, et al., 2004); b) pela presença de movimento social organizado e suas direções na definição de projetos de futuro; c) pela heterogeneidade de trajetórias sociais dos agricultores beneficiados (filhos de pequenos agricultores, meeiros, parceiros, arrendatários, empregados de granja, etc.). Essas características configuram decisivamente as relações sociais em um assentamento rural. Localizar os diferenciais de poder dos principais participantes ajuda a entender a estruturação e produção social deste espaço, além de visualizar as dimensões e possibilidades de trabalho de ATES.

Nesse sentido, ao menos para o caso do assentamento Ceres, desde o acampamento houve a construção de projetos de futuro para o assentamento, tanto por parte das famílias, quanto por parte das direções do MST e do INCRA. Foi no período do acampamento onde se identificou o que seria produzido e como deveria ser organizada a produção.<sup>8</sup> A forma de organização inicial do assentamento pode ser lida como resultado de disputas em torno de projetos de futuro onde se expressam os poderes assimétricos entre os agentes envolvidos e as autonomias relativas inerentes a esses poderes. Um processo que se revela não apenas entre 'direções do MST e INCRA' com 'as famílias', mas também internamente entre esse último grupo, devido à sua heterogeneidade. Por exemplo, alguns se legitimam como lideranças, ocorre a formação de grupos de produção coletiva, geralmente por identificações entre os assentados – o que não impede que surjam diferenças e divergências internas -, e outros tornam-se produtores individuais.<sup>9</sup> Revelam-se, pois, com maior visibilidade as diferenças de projetos e visões de mundo, podendo-se falar em ampliação da heterogeneidade sociocultural dos agricultores-assentados, onde valores e desejos podem se mostrar conflitantes.

Do ponto de vista dos agricultores sem-terra a conformação social do assentamento rural é um momento da *luta* pela terra cuja tendência é a de marcar uma nova fase em suas vidas. Esse contexto configura-se num novo espaço social onde os agricultores assentados acionam um conjunto de conhecimentos adquiridos e redes de relações sociais interna e externamente ao assentamento para tentar materializar seus projetos, sonhos e desejos. Além disso, entram em contato com situações sociais até então inusitadas aos mesmos.

Uma das dimensões do conjunto de novas experiências dessa fase diz respeito ao acesso às políticas públicas. Ainda que precárias, até então

---

<sup>8</sup> Esse aspecto será abordado com maiores detalhes na terceira seção.

<sup>9</sup> Sem sombra de dúvida, o local onde estas diferenças mais florescem são nos chamados grupos de produção coletiva. Sobre o assunto, *vide*: Ferrante (1994); Bergamasco e Ferrante (1994); Paulillo (1994); Medeiros e Leite (1999); Scariot (2002); Anjos (2005); entre outros.

eram estranhas a esse segmento social. Entre as mais notórias estão o acesso ao crédito monetário e serviços de assessoramento técnico, energia elétrica, água potável, entre outras (Leite et al., 2004). No assentamento Ceres, os agricultores-assentados nunca haviam recebido assessoria técnica. O acompanhamento iniciou com uma equipe do LUMIAR<sup>10</sup>, a partir de 1997 e, posteriormente, com a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec). O mesmo aconteceu com o acesso aos créditos agrícolas. Para muitos foi a primeira vez que houve o uso de recursos monetários externos com vistas ao pagamento futuro. Além disso, é no assentamento onde as famílias viverão as experiências de serem sócias de uma Cooperativa que tem por objetivo a produção e comercialização. Da mesma forma, será onde vivenciarão as influências de outras cooperativas, empresas da região e agricultores granjeiros vizinhos.

Neste contexto, as atribuições de sentidos e significados às situações sociais deste espaço social fazem parte dos processos de construção da(s) realidade(s), onde a consolidação de um sentido comum constrói uma hegemonia social, que se legitima no processo, legitimando atores sociais e pessoas, técnicas e projetos, bem como pode agir na desqualificação de outros. Um exemplo desse processo diz respeito à dimensão biofísica do ambiente natural. Por um lado, existe uma conformação sócio-histórica que abre algumas possibilidades de desenvolvimento de estratégias produtivas no assentamento, tais como, o quê este território “poderia” ou “deveria” produzir. Pode-se dizer que, reconhecendo possíveis diferenças, essa dimensão é aquela que orienta as ações da direção do MST e do INCRA no sentido da criação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento. A participação do agricultor-assentado nestes processos implica a busca de significação que toma como dado o seu lote específico, sua localização e fertilidades, a dinâmica social de sua família, enfim o ambiente de seu lote, do assentamento e da própria região. Do ponto de vista do agricultor, pode ser argumentado que as ações são e estão integradas em um *modo de vida* e não apenas em um *modo de produção*. Esta é a ordem de sua autonomia relativa na dinâmica complexa do assentamento.

A legitimação da ação dos técnicos de ATES perante ao conjunto dos agentes sociais no assentamento ampara-se na pressuposição de um saber técnico-científico que lhes conferem referência de competência técnica, administrativa e cultural. Tal forma de ação dos técnicos tem uma dimensão sócio-político-cultural que pode ser acionada como forma de desqualificar os saberes dos demais agentes (Neves, 1987; Moreira, 1997). Pode-se supor que há, em algum grau, certo “confronto” de racionalidades entre os assessores técnicos que tiveram uma formação baseada na ciência

---

<sup>10</sup> O projeto LUMIAR foi antecessor do serviço de ATES no campo das iniciativas governamentais para afirmar alternativas de prestação de serviços descentralizados de assistência técnica e extensão rural para os assentamentos de reforma agrária. Foi lançado em 1997 e extinto no ano de 2000. Para uma análise dos motivos que levaram tanto à criação quanto ao fim do Projeto LUMIAR, *vide*, especialmente, Medeiros e Leite (2004); Dias (2004).

moderna e os agricultores que internalizaram os conhecimentos da natureza não apenas como conhecimentos técnicos, mas também como um *modo de vida* (Moreira, 2005).

### 3. APRESENTANDO O ASSENTAMENTO CERES

O assentamento Ceres está situado a 6 km do perímetro urbano no município de Jóia-RS. Com uma população total de 8.284 pessoas esse município faz vizinhança com Augusto Pestana à 29 km, com 7.848 habitantes, e Ijuí à 42 km, com 75.916 habitantes, todos localizados na região do Planalto Rio-Grandense (INCRA, 1996; IBGE, 2000). Esta região é caracterizada pelas culturas da soja, leite e pela criação extensiva de bovinos e ovinos, essas em redução nas últimas décadas (Gubert; Basso, 2005). Desde a década de 1960 a modernização do Planalto Rio-Grandense está associada à expansão de Cooperativas Tritícolas e empresas vendedoras de insumos agrícolas. Nesse contexto, a Cooperativa Tritícola de Ijuí (COTRIJUÍ) abriu sua filial no município de Jóia em 1973. Na década de 1980, houve a criação da Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), que desde então potencializou a agropecuária leiteira na região e em Jóia (Rückert, 2003).

A atual área do assentamento Ceres era, até 1996, chamada de Granja Ceres, sob propriedade da Varig Agropecuária S.A. (VAGRO), altamente produtiva, moderna e especializada na atividade leiteira. Foi uma área comprada pelo INCRA, oferecida para o mesmo pela VAGRO (INCRA, 1996). A hipótese é de que a Granja não era mais capaz de alcançar taxas médias de remuneração do capital como em outros setores da economia, haja vista os processos de liberalização econômica, valorização cambial e retirada do Estado como regulador de alguns setores produtivos, entre eles, da atividade leiteira, levados a cabo durante a década de 1990 (Piccin, 2007, p. 49). De acordo com um dos entrevistados, essa Granja era, à época da aquisição da área para fins de reforma agrária, “a menina dos olhos dos sem-terra do estado”, em uma referência à infraestrutura presente, à qualidade dos solos, à localização geográfica em relação aos centros urbanos e expressava o desejo dos sem-terra de lá receberem terra. Dessa forma, a infraestrutura presente passou a ser um dos componentes diferenciadores desse assentamento em relação aos demais.

A área foi idealizada, tanto pela direção do MST quanto pela direção do INCRA para ter a produção coletivizada, ou seja, gestão coletiva dos fatores de produção: terra, capital e trabalho. Dessa forma, uma cooperativa foi criada em 1997, de nome COOPERVIDA, para administrar uma área de 200 ha onde a estrutura da antiga Granja estava localizada. O restante do assentamento foi concebido para ser formado por grupos de produção coletiva que aglutinariam as famílias sem-terra. A produção leiteira seria estimulada entre os agricultores-assentados pela cooperativa que, aproveitando a infraestrutura presente no assentamento, seria



responsável por armazenar e comercializar o leite. Ainda no período do acampamento as direções do MST e o INCRA estabeleceram critérios para seleção dos agricultores sem-terra a serem beneficiários com a área do assentamento. Teriam preferência aqueles que constituíssem grupos visando à produção coletiva. Assim, todos os beneficiados integraram, ainda no acampamento, os chamados grupos coletivos. Contudo, quando em assentamento, os grupos de produção coletiva se desfizeram, e as famílias constituíram unidades individuais de produção.

#### **4. A EQUIPE TÉCNICA E A NATUREZA ESTRUTURAL DA INSTITUCIONALIDADE DA ATES**

Antes de se analisar o processo de institucionalização da ATES, convém apresentar ao leitor informações referentes à composição da equipe técnica e algumas características de sua inserção no assentamento Ceres. Nessa direção, à época da pesquisa, a equipe era constituída por um engenheiro agrônomo, um médico veterinário, uma médica veterinária, uma farmacêutica e três técnicos agrícolas. A farmacêutica desenvolvia trabalhos em outros assentamentos do estado e, por isso, permanecia apenas alguns dias da semana junto dessa equipe técnica. Além do Ceres, outros três assentamentos – Tarumã, Barroca e Rondinha – eram assistidos no município de Jóia pela referida equipe, totalizando cerca de 531 famílias de agricultores-assentados. O Assentamento Ceres era uma espécie de base onde havia o escritório e casa de residência, a partir do qual realizavam as visitas e atividades referentes aos trabalhos nos demais assentamentos. Apesar de manter uma relação estreita com as atividades desenvolvidas pela COOPERVIDA, essa equipe não se constituía como seu departamento técnico, por estar ligada à Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTÉC) e sua ação se estender para além dos agricultores-assentados sócios daquela Cooperativa. Entre as principais atividades desenvolvidas a partir de 2005 nesses assentamentos estava o Projeto Leite Sul, que visava desenvolver a atividade leiteira entre os assentados, após um convênio firmado entre o INCRA e COPTÉC no final daquele ano.

A equipe já se inseria, assim, no Programa Nacional de ATES, criado oficialmente pelo INCRA em 30 de março de 2004, através da Norma de Execução nº 39, em consonância com o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Até então, a única experiência de prestação de serviços técnicos específicos para os assentamentos de reforma agrária tinha sido o Projeto LUMIAR. Para Silva e Araújo (2008) o Projeto LUMIAR marcava várias diferenças para com as experiências anteriores de assistência técnica, pois propunha a construção de um sistema de co-gestão dos serviços com os beneficiários e que, além de seu caráter participativo, inovava por experimentar uma forma de gestão descentralizada. Para os referidos autores, o Programa de ATES pode ser considerado herdeiro do LUMIAR,

apesar de apresentar algumas diferenças de concepção por demarcar com o paradigma da revolução verde, valorizar os conhecimentos dos agricultores, das realidades locais e ter como orientação a agroecologia.

De acordo com o Manual Operacional de ATES (2008, p. 12)<sup>11</sup>, a metodologia e a orientação agroecológica do serviço têm como referência a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), cujo documento base foi lançado como marco referencial em maio de 2004 (BRASIL, 2004). A nova PNATER reformulou os serviços de ATER no país, reforçou o seu caráter público e gratuito ao conjunto dos agricultores familiares e estabeleceu uma nova institucionalidade de gestão do sistema nacional de ATER, além de sugerir a revisão do papel profissional dos extensionistas. As orientações metodológicas e o conteúdo programático tanto da nova PNATER, quanto da ATES são realizados em contraposição aos modelos de difusão de tecnologias e da revolução verde.<sup>12</sup> Para Dias (2004, p. 523), as mudanças programáticas de orientação “lançam enormes expectativas sobre a atuação dos extensionistas ou técnicos de campo que prestarão tal assessoria”, pois é sobre esses indivíduos que recai a responsabilidade de alterar as práticas de extensão. Em linhas gerais, esses programas propõem adotar metodologias participativas e de diagnóstico da realidade nos processos de intervenção e a revisão da postura profissional diante dos agricultores com vistas a adotar um “papel educativo” e um outro tipo de compromisso “com os seus beneficiários e com os resultados econômicos e socioambientais de sua intervenção” (BRASIL, 2007, p. 07; Manual Operacional, 2008, p. 14).

As demais orientações da ATES procuram valorizar a construção conjunta de conhecimentos entre técnicos e agricultores: indica-se como ponto de partida a consideração das realidades locais e dinâmicas sociais, em que o trabalho extensionista deveria ser pautado pela valorização dos conhecimentos, experiências e, de forma geral, pela cultura das populações atendidas. O Programa objetiva contribuir para “a construção da cidadania” por meio do acesso às políticas públicas, garantindo os direitos fundamentais do(a) trabalhador(a) rural. Postula a necessidade de uma “assessoria técnica que esteja presente na vida das famílias assentadas”, e o uso de inovações no âmbito das metodologias de trabalho, como o estímulo à realização de “experimentos pedagógicos”. O trabalho extensionista é visto como um “processo de diálogo e aprendizado mútuo

---

<sup>11</sup> Entre o primeiro manual de ATES de 2004 e o de 2008, não há mudanças significativas quanto à concepção do Programa. No entanto, em 2008 buscou-se detalhar a “postura esperada dos extensionistas” nos assentamentos, assim como uma maior descrição dos conceitos e noções utilizadas no documento.

<sup>12</sup> O modelo de difusão de tecnologias parte de uma constatação de que os problemas relacionados com o ‘subdesenvolvimento’ ou com a pobreza das populações rurais estariam relacionados com a pouca incorporação de tecnologias consideradas modernas aos seus sistemas de cultivo e criações. A partir desse pressuposto caberia aos extensionistas levar as tecnologias consideradas modernas produzidas em centros de pesquisa até o produtor rural. O auge deste modelo foi a década de 1960 e 1970 e ficou conhecido como “Revolução Verde” (Costa, 2001).

entre técnicos/as e agricultores/as”; reivindica que o técnico seja um “facilitador dos processos” e orienta que ele “estabeleça uma relação de confiança com os(as) assentados(as) e suas organizações, resultado de uma postura pessoal de franqueza, dedicação, engajamento e compromisso com o trabalho” (Manual Operacional, 2008, p. 14-17, 43-48). A síntese realizada por Dias (2004, p. 523) da orientação política para o perfil de trabalho desejado dos extensionistas, presente no Manual Operacional de ATES de 2004 e também no PNATER, é válida para o Manual Operacional de 2008. Para esse autor, três aspectos resumem o que se espera desse serviço: a) buscaria superar “o caráter pontual ou fragmentado do processo de intervenção social, demandando a construção de procedimentos mais duradouros e contínuos de interação entre técnicos e agricultores”; b) identifica “a necessidade de estabelecimento de relações de confiança mútua, por isso, mais horizontais e menos hierárquicas, entre os atores e os tipos de conhecimento envolvidos”; e, c) orienta que o extensionista tenha “uma visão mais holística ou integral do processo de intervenção social que cria demandas que vão além do processo agrícola de produção”.

Processa-se assim, uma mudança conceitual do serviço prestado: de *assistência técnica* para *assessoria técnica*, denotando uma percepção de que assessoria é um processo muito mais complexo que assistência técnica. A primeira designação valoriza um modelo de extensão rural relacionado com levar tecnologias externas ao agricultor, associado à ideia de pacote tecnológico. A segunda, ressalta a necessidade da construção de “relações horizontais e menos hierárquicas entre os atores”, uma “visão mais holística do processo de intervenção social”, a construção de “processos duradouros e contínuos de interação”. Fatores considerados importantes para o estabelecimento de “confiança mútua entre técnicos e agricultores-assentados” (Manual Operacional, 2008, p. 14-17, 43-48).

No entanto, as boas intenções do serviço de ATES tendem a contrastar com a forma com que ele foi institucionalizado (Dias, 2004). Formado em um contexto de reforma neoliberal do Estado e das reivindicações e pressões dos movimentos sociais do campo, se por um lado absorveu as concepções de um serviço mais democrático, com a participação de movimentos sociais em sua condução e com o reconhecimento de que os conhecimentos técnicos não são superiores aos dos agricultores, por outro, foi constituído a partir dos preceitos da redução do papel do Estado, em curso, desde o início dos anos de 1990 (Duarte; Siliprandi, 2006). Ou seja, encontra-se dentro dos marcos teóricos da descentralização, privatização e diminuição dos aparatos Estatais. Neste cenário, para Dias (2004: 515), tanto a elaboração do extinto Projeto LUMIAR quanto o de ATES “[...] representam mecanismos administrativos de descentralização da gestão dos recursos públicos destinados a políticas sociais”. Portanto, são serviços públicos concedidos pelo Estado por meio de convênios para que outras organizações e instituições sociais os realizem.

Nesse novo marco institucional, o programa de ATES é concebido como forma de facilitar a abertura de mecanismos de gestão dessas políticas à participação dos diferentes agentes sociais envolvidos. Partindo dessa concepção, passa a estimular o controle e gestão social das políticas e conferir maior poder decisório às associações e entidades de representação dos agricultores-assentados, como as cooperativas de assentamentos de reforma agrária. No RS essas cooperativas formam a Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do RS (COCEARGS), dirigida politicamente pelas direções do MST. Dentro desse formado é que se insere a COPTec, como uma entidade coordenada pela COCERARGS.

Tanto para Dias (2004), quanto para Silva e Araujo (2008), as boas intenções do serviço ficam comprometidas pela instabilidade institucional a que o programa está submetido, podendo ser consubstanciado dentro do quadro de precarização das relações de trabalho aprofundada pelas reformas neoliberais. Assim, dos convênios firmados não se têm certeza da renovação. Dependendo dos “ventos” da conjuntura, novas regras, normas, decretos e portarias são estabelecidos, sendo fatores de incerteza da própria continuidade do programa. Além do mais, os convênios celebrados com o INCRA, frequentemente, são marcados por atrasos dos repasses financeiros, gerando atrasos no pagamento dos salários e comprometendo as condições materiais objetivas de continuidade daqueles profissionais que trabalham a campo. Nesse ínterim, Dias (2004, p. 536) argumenta que o serviço de ATES permanece com as mesmas deficiências que caracterizaram o seu antecessor, o LUMIAR. São programas que buscam responder às demandas postas por pressões sociais (Medeiros; Leite, 2004), mas que ganham um formato institucional relativo aos preceitos neoliberais de terceirizações de serviços e precarização das relações de trabalho.

Silva e Araújo (2008, p. 116) vão na mesma direção e argumentam que as limitações do LUMIAR - a) condições precárias de trabalho; b) pouca internalização do Projeto pelo INCRA; c) limitada formação e experiência dos técnicos; c) descontinuidade do processo de capacitação; d) pouco intercâmbio com a pesquisa; e, e) incertezas quanto à continuidade do Projeto - permanecem presentes na ATES. Para os autores, “isto significa que não é por falta de ‘enxergar’ o problema, mas por incapacidade ou falta de prioridade, por parte do poder público, em enfrentar tais questões”.

A Normativa Técnica N° 78, que orienta a constituição e estruturação do serviço de ATES para o ano de 2009, manteve em vigor a mesma concepção e natureza no programa, influenciadas pelo marco da reforma neoliberal do Estado: a permanência da terceirização dos serviços através de um processo licitatório, os contratos firmados com duração de apenas um ano, a vinculação dos pagamentos pela apresentação pontual de resultados; são alguns dos aspectos que garantem a continuidade de um sistema de ATES instável.

Portanto, o formato institucional do serviço de ATES tende a inviabilizar preceitos fundamentais de seu programa. A propalada “construção de processos duradouros e contínuos de interação” e o “estabelecimento de confiança mútua entre técnicos e agricultores-assentados” ficam, no mínimo, comprometidos.

Uma dimensão desse processo poderia ser avaliada pela alta rotatividade de técnicos nos assentamentos de reforma agrária (Dias, 2004). No Assentamento Ceres, entre o início de 2004 e final de 2006, 8 técnicos foram substituídos; uma média de 2,66 técnicos por ano. Se considerados os 10 anos de Assentamento, se contabiliza 28 técnicos substituídos, uma média de três técnicos por ano. Ou seja, é evidente, como corrobora o estudo realizado por Dias (2004), que com uma rotatividade dessas torna-se impossível o estabelecimento de “processos duradouros” entre técnicos e agricultores-assentados. A institucionalidade à qual o projeto está submetido define estruturalmente, a modo de “vício de origem”, certas possibilidades de ação e de continuidade dos trabalhos.

Além dos problemas apontados acima, deve-se assinalar que os técnicos estão ligados a uma cooperativa de prestação de serviços técnicos (a COPTEC), à qual é contratada pelo INCRA. Portanto, estão submetidos às relações sociais de poder constituídas internamente à COPTEC, que, por sua vez, está sob orientação das direções do MST.<sup>13</sup> Deste modo, o enquadramento da ação dos técnicos de ATER às prioridades e lógicas constituintes de um assentamento influencia significativamente seus trabalhos, como a *lógica do rolo* e a *lógica da empresa social* presentes neste espaço social. Essas e outras questões serão abordadas a seguir.

## 5. A LÓGICA DO ROLO E A LÓGICA DA EMPRESA SOCIAL

Outro fator a ser considerado na análise do campo de ação da equipe técnica diz respeito às relações estabelecidas com as direções do MST, com a COOPERVIDA e com as orientações de trabalho da COPTEC. Tanto a COPTEC quanto a COOPERVIDA consistem em estruturas que estão sob coordenação das direções do MST, pela forma de organização e hierarquia em termos de instâncias constituídas pelos integrantes desse movimento social. De modo geral, o organograma do MST no RS e suas instituições de maior influência podem ser representadas da seguinte forma: direção estadual, direção regional, direções dos assentamentos; por outro lado, COCEARGS, COOPERVIDA; COPTEC, e equipe técnica local. Contudo, nessa organicidade, além dos poderes assimétricos distribuídos

---

<sup>13</sup> Com as mudanças no programa de ATES para 2009, a partir da Normativa Técnica N° 78, alguns assentamentos atendidos pela COPTEC até então, a exemplo do Ceres, passaram a ser de responsabilidade da EMATER. Esta mudança transferiu, ao menos em parte, a subordinação dos agentes de ATES para os interesses de outra empresa prestadora de serviços técnicos, com história e estrutura funcional diferente da COPTEC. Mudanças estas que deverão servir como campo de análise para futuras pesquisas.

entre os indivíduos e instâncias, dado o conjunto de significações simbólicas identificadas em cada caso e valorizadas diferentemente, a chamada *lógica do rolo*, ou somente *rolo*, e a *lógica da empresa social* (apresentadas a seguir) estão presentes na dinâmica do assentamento. A análise das atividades técnicas não pode desprezar as referidas lógicas, pois agem sobre sua credibilidade perante os agricultores-assentados e influenciam as estratégias produtivas dos mesmos.

Para Caldart (2000, p. 90), a *lógica do rolo* consiste em tornar os assentamentos uma retaguarda para fazer avançar a *luta* pela terra, de construção de mobilizações, novos acampamentos e ocupações. É, portanto, uma lógica de movimento em curto prazo. No entanto, outra lógica está internalizada dentro dos assentamentos segundo a autora, especialmente nas cooperativas que é aquela referente à organização da produção, na qualificação profissional, no planejamento em longo prazo. Há, assim, duas lógicas organizativas distintas com as quais os dirigentes do MST procuram conviver. Nas palavras da autora: “[...] trata-se da lógica do rolo (ou de movimento) versus a lógica da empresa social (de organização, planejamento)”. Dessa forma, a organização produtiva dos assentamentos, geralmente através das cooperativas, torna-se responsável pela manutenção econômica da estrutura necessária para os integrantes do MST ajudarem na organização de novos acampamentos e mobilizações. Os mesmos integrantes que ajudam na mobilização e na chamada “frente de massas” para a montagem de acampamentos e ocupações de terra são também dirigentes das estruturas responsáveis pela organização e promoção da produção nos assentamentos. Assim, para a autora: “[...] uma lógica mais empreendedora de organizar a produção acaba se mesclando nas formas de condução das próprias lutas pela terra”. No entanto, não parece que a convivência entre as duas lógicas seja tão “pacífica” e equilibrada em assentamentos rurais, como a autora sugere. Temos como hipótese provável que a *lógica do rolo* tende a suplantar a *lógica da empresa social*, não só na administração das cooperativas, mas, a modo de influência, acaba por submeter a assessoria técnica a uma condição subordinada, uma vez que a própria produção a ela é submetida.

Tanto planejamentos, organização da produção, cursos técnicos e a assessoria técnica ficam submetidos a uma dinâmica de movimento social que responde às demandas de curto prazo. O *rolo* é uma expressão recorrente na fala de dirigentes, assentados e mesmo dos integrantes da equipe técnica. Dependendo da situação, pode tornar-se sinônimo de confusão (sem controle separadamente de gastos direcionados para a *luta* e aqueles direcionados para a atividade produtiva, por exemplo), em que “tudo vira um rolão”, como frequentemente foi ouvido no assentamento, com relação aos assuntos relacionados à produção e à *luta*. Submeter a administração de uma empresa ou cooperativa à lógica do *rolão* pode representar um importante fator na inviabilidade financeira do empreendimento – sobretudo, em um ambiente de economia oligopolizada e regido pela dinâmica da concorrência intercapitalista na produção e venda

de mercadorias. Em relação à análise do caso em questão, constitui um fator que, junto com outros elementos, enquadra as prioridades à assessoria técnica dadas pelas direções do MST e direções do assentamento.

Se for aceita a argumentação de que a *lógica do rolo* tende a tornar-se hegemônica, então as estruturas de desenvolvimento das atividades produtivas dimensionam-se a partir de tais preceitos. Por consequência, as equipes técnicas estão submetidas de forma desprestigiada e desvalorizada naquela estrutura organizativa. Disso, pode resultar outros usos para a já precária infraestrutura destinada às equipes e a “negociação” da diminuição de salários, por exemplo. Ao invés do estabelecimento de confiança mútua, esse processo pode gerar desconfiança, passando a ser componente das relações, ao menos entre direções e técnicos. Se o programa de ATES critica a hierarquia estabelecida por métodos como o de difusão de tecnologias por valorizar o saber técnico em detrimento dos agricultores, e sugere sua superação, nesse ambiente, pelo menos naquelas relações mantidas entre técnicos e direção, a hierarquia tende a se inverter e a surgir simbolicamente as figuras de “empregado” e “patrão”. Assim, os processos “mais democráticos” propalados pelo programa de ATES passam a ser relativos ao conjunto de significações valorizadas e reconhecidas nesse espaço social, representadas de forma desigual entre seus integrantes e que funcionam como poderes sociais expressos em comportamentos e ações. Uma situação que possui raiz no processo institucional a que o programa de ATES está submetido.

É nesse contexto, determinado pela institucionalidade do programa de ATES e dos poderes relativos aos agentes no espaço social do assentamento, que a equipe técnica atua e procura dar suporte às ações de desenvolvimento socioeconômico aos agricultores-assentados. Neste sentido, as orientações gerais do programa de ATES e as da COPTec são confrontadas com as prioridades de trabalho que emanam dos assentamentos como a realização dos projetos de crédito e das especificidades de atendimento às demandas colocadas pelos agricultores-assentados. Essas questões serão analisadas a seguir.

## **6. A DINÂMICA DA DEMANDA DE SERVIÇOS DE ATES EM ASSENTAMENTO**

De acordo com o engenheiro agrônomo do assentamento, que foi coordenador da equipe local e regionalmente do Projeto Leite Sul, existem “quatro linhas gerais e históricas de orientação do MST” (portanto, da COPTec) para com as equipes técnicas: a) a produção de alimento para o autoconsumo; b) o desenvolvimento dos trabalhos a partir dos conhecimentos sistematizados pela agroecologia; c) a gestão de processos produtivos que possam oferecer renda mínima mensal; e, d) trabalhos

voltados para o incentivo e produção de sementes. Essas são orientações que devem guiar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e as ações das equipes. De forma geral, são semelhantes e também componentes das orientações do Projeto de ATES. A entrevista citada denota as prioridades percebidas pelos técnicos de campo e, possivelmente, como resultado de ações dessa cooperativa em termos de formação profissional dos mesmos.

Além das particularidades desse espaço social com relação aos poderes distribuídos entre os agentes, a própria dinâmica de elaboração dos projetos de crédito limitam tais ações devido ao tempo exigido do conjunto da equipe para sua viabilização.

Como a presença do extensionista nos assentamentos rurais é condição primeira para o acesso dos agricultores-assentados às políticas públicas de crédito (Dias, 2004; Leite, et al., 2004), aproximadamente, seis meses de cada ano as equipes técnicas se envolvem na viabilização desses projetos. De acordo com o entrevistado supracitado, entre setembro e dezembro toda a equipe se volta para a elaboração de projetos que visam os chamados Créditos Custeio (PRONAF), referentes ao financiamento dos cultivos anuais de verão. Essa modalidade de crédito é concedida a partir das indicações de cultivos realizadas pelo zoneamento agrícola da região, que permite apenas o financiamento das culturas da soja, milho e feijão. Esse é o grau de determinação do Crédito Custeio em relação às estratégias produtivas dos agricultores-assentados que o acessam, por não dar margem ao financiamento de outras atividades. Como nessa região, entre as três culturas citadas, a soja é a mais valorizada comercialmente, o crédito pode acabar condicionando sua eleição como cultivo principal, haja vista que as outras duas são destinadas, preferencialmente, pelos agricultores-assentados para o consumo familiar ou como produto intermediário de outras atividades produtivas. A não ser que o crédito solicitado não seja aplicado naquelas atividades declaradas; o que pode significar maiores incertezas de sucesso do empreendimento, pois em caso de perda da produção por problemas climáticos não terá assegurado os cultivos pelo chamado PROAGRO – seguro agrícola. Nesses meses do ano a prioridade da equipe técnica é a viabilização dessa linha de crédito. Portanto, não há margem de manobra da equipe para propor o uso desse crédito em outras atividades identificadas, juntamente com os agricultores, como potenciais geradoras de renda – ou mesmo para aquelas atividades que garantam um maior suprimento de produtos para o consumo familiar e uso do lote.

Outros três meses são dedicados à viabilização dos projetos de outra linha de crédito chamada de Crédito Investimento (PRONAF), onde há a concentração dos trabalhos, entre os meses de janeiro a março. Mas, esse financiamento pode ser investido em qualquer atividade produtiva de eleição dos agricultores-assentados, como na compra de animais, equipamentos, máquinas, etc. A sugestão das direções do MST e da COPTec é que as famílias invistam na atividade leiteira, haja vista que



pode constituir uma fonte de renda mensal, assegurando a entrada de rendimentos com maior frequência que os cultivos anuais.

No ambiente do assentamento o trabalho com o crédito agrícola envolve uma série de atividades para a elaboração dos projetos que não se resumem apenas ao escritório, mas abrange uma série de outras ações. Indagado sobre o processo de trabalho com o crédito agrícola, o engenheiro agrônomo do assentamento declarou que:

A organização da liberação do crédito é difícil. Não é só você elaborar um projeto técnico. Vai desde a discussão de sua aplicação com os agricultores assentados de acordo com o processo organizativo dos núcleos de famílias da organização dos grupos que irão receber o crédito conjuntamente, do debate nas instâncias do movimento sobre objetivos de aplicação, da visita a alguns agricultores que estão com problema de acessar o crédito e, em muitas ocasiões, depois de feito o projeto tem que ir na casa dos agricultores para pegar suas assinaturas [...] Então, todo esse processo é uma loucura e demanda tempo da equipe.

Dessa forma, os seis meses em que a equipe técnica fica absorvida na viabilização dos créditos envolvem reuniões com os núcleos de família no assentamento, organização dos grupos para receber os chamados “créditos solidários”<sup>14</sup>, debates com as direções do MST e visitas específicas a alguns agricultores-assentados que venham apresentar problemas durante o processo de viabilização dos projetos. Nesse contexto, o trabalho com as linhas de crédito torna-se complexo e é possível sugerir que demande um tempo maior das equipes técnicas quando comparado com outras frações de agricultores familiares. Sua viabilização é uma prioridade exigida tanto pelas direções do assentamento quanto pela maioria dos agricultores-assentados. Assim, as demais atividades desenvolvidas pela equipe ficam em segundo plano durante esse período.

De forma geral, a equipe também acompanha as questões relativas às trocas de lotes, laudos e programas desenvolvidos por intermédio do INCRA, como programas de recuperação de moradias, recuperação de assentamentos, de agroindustrialização e demais projetos de desenvolvimento socioeconômico. Outros trabalhos ficam dependentes da relação número de agricultores/número de técnicos, que é em torno de 100/1. O que torna praticamente impossível utilizar estratégias de assessoria e visitas individualizadas aos agricultores-assentados. Nesse contexto, a equipe técnica privilegia a realização de oficinas temáticas, cursos e reuniões, para permitir que um público maior seja atingido – com exceção dos atendimentos clínicos realizados pelo(a) veterinário(a)<sup>15</sup>. Como

---

14

Quando um determinado grupo de indivíduos se responsabiliza conjuntamente pelo crédito acessado individualmente.

15

Nesse caso, não importa se for final de semana, feriado ou durante a noite, se um atendimento clínico for solicitado ao (à) veterinário(a), ele(a) tem que ir. Por isso, sem sombra de dúvida, o trabalho veterinário em assentamento é um dos mais exigentes e sem planejamento.

o ambiente local possui a soja como atividade produtiva hegemônica, há uma tendência dos trabalhos da equipe técnica serem condicionados por esta, a começar pelo processo de elaboração dos projetos de crédito.

Assim, aqueles agricultores-assentados que, por algum motivo, não acessam créditos agrícolas, não possuem a soja como principal estratégia produtiva e que procuram desenvolver cultivos baseados, por exemplo, na agroecologia, percebem os trabalhos técnicos em contradição com as linhas produtivas orientadas pelas entidades de influência da direção do MST. A declaração do Sr. Pedro<sup>16</sup>, agricultor-assentado que procurava diversificar os cultivos e criações com destino ao comércio, pode ser considerada representativa daqueles que estavam em situação semelhante. Quando questionado sobre como era a relação com a assessoria técnica ele respondeu:

Eu achava que o objetivo dos técnicos era prestar assistência para um tipo de produção como a gente está querendo e tentando fazer, numa coisa sem muito veneno, mais ecológica, sem essa tal de soja. Mas quando chega a hora dos créditos aí acaba envolvendo todos os técnicos e aí a prioridade é a soja. Um planejamento do lote a curto, médio e longo prazo a gente não consegue fazer com os técnicos.

Essa declaração é importante porque revela algumas contradições vivenciadas pela equipe técnica no desenvolvimento de suas ações. Por mais que as orientações, tanto do serviço de ATES, quanto da COPTec sejam baseadas a partir de preceitos da agroecologia, do trabalho conjunto para a geração de novos conhecimentos e no estabelecimento de estratégias produtivas alternativas a monoculturas, entre outras, a ambiência da matriz produtiva que caracteriza a região restringe a ação da equipe técnica na materialização de tais orientações. Nesse caso, a soja e a liberação do Crédito Custeio destinado ao seu financiamento, são elementos que determinam um campo restrito de ação da equipe. Neste contexto, os agricultores-assentados, como o caso do Sr. Pedro, que buscam desenvolver atividades produtivas diferentes à soja (podendo ser encarado como estando entre as prioridades do serviço de ATES devido àquelas orientações) são um público que neste tipo de ambiente possuem uma assessoria deficitária.

Afora os períodos de liberação de crédito, duas formas de relacionamento com os agricultores-assentados são realizadas prioritariamente. Uma delas é o atendimento de demandas específicas que chegam aos técnicos quando estes são procurados pelos agricultores-assentados, solicitando informações e soluções para problemas pontuais em seus lotes. O engenheiro agrônomo do assentamento descreve da seguinte forma essa situação:

---

<sup>16</sup> O nome é uma atribuição realizada pelo pesquisador, não corresponde com o nome verdadeiro.

Então, se o agricultor tiver uma demanda para trabalhar a questão da produção de milho para a silagem e ele vir até a equipe técnica e dizer que quer produzir milho para a silagem e ele precisa da tecnologia para essa produção... Se ele quer um processo de diversificação e quer saber qual é a melhor cultivar de batata-inglesa para plantar na área, a gente vai atrás e responde para ele. Agora, dizer que nós temos condições objetivas de estabelecer uma relação de assessorar ele mais de perto, não é verdade, aí a gente não consegue!.

A autonomia da equipe técnica nesse contexto é dar respostas pontuais às demandas também pontuais trazidas pelos assentados. Por mais que se possa considerar que surjam demandas vistas como “alternativas” à matriz produtiva regional, a tendência é que a ela fiquem restritas devido ao poder imanente que essa exerce dentro do assentamento. Em qualquer hipótese, a soja é que é financiada, majoritariamente, pelos recursos do PRONAF, e os técnicos “têm” que garantir sua viabilização. Processos de assessoramento “mais de perto” talvez o entrevistado esteja se referindo ao planejamento da produção individualizada em cada lote, como demandou aquele agricultor citado anteriormente a equipe não tem condições de realizar.

Contudo, durante os outros seis meses em que a equipe não está diretamente envolvida com a viabilização dos créditos do PRONAF, outras estratégias extensionistas são postas em ação. Ocorre a realização de espaços (reuniões, cursos ou oficinas) que procuram reunir um determinado número de agricultores-assentados para debaterem sobre um tema específico. Essa última era usada, prioritariamente, para desenvolver as atividades referentes ao Projeto Leite Sul e estimular a adoção da bovinocultura leiteira.

O Projeto Leite Sul tomou centralidade entre as ações dos técnicos da COPTEC depois que foi aprovado um convênio dessa prestadora de serviço com o INCRA, cuja meta inicial era de atingir em um ano 1.500 agricultores de três movimentos sociais do campo: MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), nos três estados do Sul. Entre outras coisas, o convênio previa a realização de 35 cursos de capacitação aos agricultores envolvidos, além de atividades de formação aos técnicos que trabalham com o serviço de ATES. Entre os objetivos do Projeto destacava-se a produção de leite à base de pasto através do estabelecimento dos chamados PRVs (Pastoreio Rotativo *Voisin*), com vistas à diminuição de custos intermediários da produção (MILKNET, 2005).<sup>17</sup>

Ainda, outro fator delimita o campo de ação da equipe técnica e suas influências nas definições produtivas. A forma de inserção da equipe

---

<sup>17</sup> Um PRV é um sistema de pastoreio em que se divide uma área em várias parcelas de terra, nas quais os animais são inseridos alternadamente. Esse sistema também pode ser chamado de “piqueteamento”.

técnica no assentamento Ceres, por ser local de residência, influencia na manutenção de uma pequena relação com os agricultores-assentados quanto se compara com outros assentamentos que são atendidos pela mesma equipe. Por mais que pareça um paradoxo, a moradia da equipe nesse assentamento diminui o contato com os agricultores-assentados, justamente porque a estada e a alimentação não se realizam nas casas destes; o contrário ocorre em outros assentamentos. Quando perguntado sobre a relação dos técnicos com as famílias, o engenheiro agrônomo declarou que:

Ali é difícil [no assentamento Ceres]: tu faz uma visita ou um atendimento, por exemplo, uma atividade técnica, tu sai 8h da manhã e volta ao meio dia. Não se cria um vínculo mais pessoal com os agricultores. Cria um vínculo simplesmente de uma prestadora de serviço. Que é diferente dos outros assentamentos, que tu faz as tuas refeições e dorme na casa do assentado [...].

Dessa forma, quando comparado com os outros assentamentos atendidos, o vínculo que é desenvolvido com as famílias torna-se pontual, relativo às visitas e às atividades. Nos outros assentamentos o técnico acompanha mais o dia-a-dia daqueles agricultores-assentados onde realiza as refeições ou permanece durante a noite. As discussões não se limitam aos temas pontuais relativos aos aspectos que foram solicitados, podendo haver uma interação mais holística entre conhecimentos internalizados por ambos os agentes. Além do mais, o fato de permanecer nas casas dos agricultores-assentados aproxima o técnico da comunidade devido à manutenção de outros vínculos que não apenas os de caráter técnico propriamente dito, estabelece ainda, relações de amizade que contribuem para diminuir as hierarquias sociais e construir relações de confiança.

No entanto, esse tipo de relacionamento mantido entre técnicos e agricultores-assentados dentro de um quadro de precariedade das condições de trabalho. Ou seja, ele ocorre por não haver condições materiais objetivas suficientes para realizar uma intervenção mais planejada. Não se deve às metodologias sócio-educativas que são prerrogativas do programa de ATES, mas das péssimas condições de trabalho a que as equipes estão submetidas. Neste contexto, podem ser levantadas dúvidas sobre a própria eficiência de uma assessoria técnica nessas condições, mesmo que venham a manter vínculos mais estreitos com as famílias desses assentamentos. Além do mais, em tal situação, a vida particular do extensionista tende a se anular no qual, vale a pergunta: qual técnico trabalha por muito tempo nessas condições? A resposta é dada pela alta rotatividade dos técnicos que trabalham no assentamento.

As interações entre técnicos e agricultores-assentados também dependem, portanto, da espacialidade que a equipe possui nesse ambiente, ou seja, se os técnicos moram ou não no assentamento e, em caso positivo, em quais condições. Isso leva a colocar em suspensão a crença de que os técnicos devem residir no assentamento onde prestam assessoria técnica.

O fato de residir no assentamento não contribui, necessariamente, para diminuir as hierarquias entre técnicos, direções e assentados, nem para o estabelecimento de processos produtivos alternativos. Outros fatores do campo social do assentamento influenciam nessas questões, como temos procurado demonstrar no decorrer deste artigo. A moradia ou não da equipe técnica em assentamento e a maior eficiência de uma configuração ou de outra ainda é uma questão em aberto de pesquisa, a qual deveria ter os estudos aprofundados.

Na relação mantida entre técnicos e agricultores-assentados por ocasião das reuniões, como aquelas para discutir o Projeto Leite Sul, vários aspectos aqui tratados emergiram. É importante assinalar que, tanto em suas falas e comportamentos e mesmo no trabalho dos lotes, os agricultores-assentados exteriorizam a constituição sociocultural que internalizaram em suas diferentes trajetórias sociais. O processo de socialização vivido em cada trajetória social constitui os saberes, conhecimentos e visão de mundo que, quando analisados em relação ao campo de poderes (vivido “no presente” das famílias) que estrutura possibilidades diversas de reprodução social, também tende a enquadrar os sonhos e projetos de futuro idealizados pelos indivíduos. Essas e outras questões serão abordadas na próxima seção.

## **7. SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TÉCNICOS E AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO CERES**

O acompanhamento de reuniões, cursos e discussões promovidas pela equipe técnica do assentamento permitiu analisar as falas, os silêncios e os comportamentos dos agricultores-assentados, expressos nesses espaços ou mesmo, posteriormente, em seus lotes. Algumas vezes, a relação estabelecida com a assessoria técnica era “cifrada”, sutil, exposta mais por silêncios do que por falas; noutras, as falas irrompiam, quase que em nome do conjunto dos agricultores-assentados ali presentes, não somente em nome daquele que usava a palavra. As atividades acompanhadas dizem respeito àquelas relacionadas com o Projeto Leite Sul. Foi nas reuniões e cursos para a apresentação e avaliação desse projeto que ficou evidente uma postura reticente em adotar as técnicas e manejos sugeridos, apesar do interesse demonstrado pelos agricultores-assentados.

Nesse contexto, duas questões têm que ser consideradas: (a) as suas experiências anteriores ao entrar no assentamento e (b) a posição por eles ocupada enquanto possuidores de pequenos patrimônios produtivos, ou seja, pequenas parcelas de terra quando se analisa a inserção em cadeias produtivas como a da soja e do leite que constituem mercados oligopolizados. Dimensões analisadas a seguir.

Os agricultores sem-terra são indivíduos que não viveram as experiências da modernização da agricultura de forma positiva, senão pelo

contrário, em grande parte, foi esse processo que produziu o sem-terra. Foram eles ou a geração precedente que não teve condições de se adaptar a um mundo cujo aumento da produtividade do trabalho os impediu de permanecerem como produtores em pequenos patrimônios produtivos. Ou seja, foram eles ou seus pais que não resistiram à disseminação da economia de mercado e das inovações técnicas. Quando buscaram se adaptar ao processo de modernização, substituindo cultivos e investindo naquilo que a ideologia dominante e o mercado informavam, esses agricultores trilharam uma experiência traumatizante de perdas e fracassos sucessivos. Sejam eles que sofreram diretamente esse processo ou que viram outros agricultores passando por tais situações, esse sentimento tendeu a ser incorporado, o que é acionado quando defrontado com novas propostas.

Essa é uma posição social na estrutura da sociedade marcada pela instabilidade das formas de vida. Se for considerada a (a) subordinação indireta e estrutural ao capital, juntamente com a (b) debilidade de políticas públicas específicas, a posição social de pequeno agricultor e a de agricultor-assentado tendem a determinar uma realidade de vida muito instável. No primeiro caso, a subordinação indireta das formas sociais da agricultura familiar e sua situação de pequenos patrimônios produtivos na ordem competitiva capitalista imprimem uma situação estruturante de vivências em um espaço social *restringido e mutante*, como destaca Moreira (1999). No segundo caso por uma tendência histórica de marginalização desses setores sociais no escopo das políticas públicas estatais, apontado por analistas como Leite (1994), Medeiros e Leite (1999; 2004), Cordeiro et al. (2003), dentre outros. Quando analisada sócio-historicamente, essa marginalização funciona como instabilidade de vida, vivida por sua posição social. Essa instabilidade determinou a perda ou a impossibilidade de continuar fracionando a pequena propriedade familiar antes de participarem das *lutas* por um lote de terra. Ela está na origem da formação de um comportamento reticente frente às “aventuras” produtivas.

Gaiger (1994; 1999) argumenta que essa situação estrutural constitui os agricultores-assentados como herdeiros de um sistema sociocultural caracterizado como previdente, ou seja, desconfiado com agentes externos devido aos fracassos das “fórmulas” para promover o propalado desenvolvimento. Uma hipótese explicativa para tais comportamentos reticentes em adotar novas técnicas e manejos de produção em assentamento é de que isso provém de uma espécie de senso prático dos agricultores-assentados. Qualquer atividade ou tentativa de desenvolvimento de projetos, programas, entre outros, que forem propostos, tendem a ser vistos com desconfiança. Os eventos vivenciados no assentamento reativam essas referências.

Outro aspecto importante é a sua posição como possuidor de pequeno patrimônio produtivo no assentamento, de onde tem que tirar para a sobrevivência da família e a reposição das condições sociais e materiais de produção. Excetuando-se outras possíveis fontes de renda na economia

doméstica, um lote de terra de aproximadamente 14 ha é o único patrimônio produtivo de uma família de agricultores-assentados. Essa é sua posição de produtora e competidora no mercado pela renda da terra e lucro das mercadorias comercializadas. Se for considerada como uma produtora de *commodities* (soja ou leite, por exemplo), portanto, concorrendo em um mercado oligopolizado em que os preços dos produtos são definidos a partir das leis de oferta e procura no mercado internacional, seria prudente admitir que sua categoria de agricultores-assentados ocupe uma das posições mais frágeis entre os competidores devido à sua pequena escala de produção e pelo quase desprezível tamanho de seu patrimônio produtivo, se comparado com capitalistas produtores das mesmas *commodities*. Sendo “a ponta” mais fraca dessa estrutura social, são os que mais sofrem com pequenas modificações e acirramento das disputas entre os capitalistas pela fixação da renda da terra e lucros; significando instabilidade das condições materiais de vida.

As observações realizadas a campo sugerem que, de modo geral, o critério utilizado pelos agricultores-assentados no estabelecimento de novas e alternativas técnicas, cultivos e manejos torna-se o da referência empírica. Ou seja, o “novo” não é aceito até que se comprove que algum outro agricultor-assentado o esteja desenvolvendo e o habilitado a dar certo: “tem que ver pra crer”, como foi dito por um agricultor-assentado em uma reunião que se discutiam as técnicas e manejos do Pastoreio Racional *Voisin*. Dessa forma, não adotam de imediato novas técnicas e processos, não por que são motivados por uma postura conservadora ou por apego a uma possível tradição, mas porque suas trajetórias lhes apresentam motivos para constituir tal lógica de previdência. Tão logo lhes pareça que valha a pena encampar tais “novidades”, alçarão novamente os projetos de futuro que até então tenham sido negados pelas circunstâncias socioeconômicas. Esta postura pode ser encarada erroneamente pelos agentes de ATES, sem perceberem o complexo sistema que configura tais atitudes e comportamentos.

Possivelmente, essa é uma forma de reação modulada por um conjunto de experiências em suas trajetórias sociais marcadas por frustrações referentes a projetos e propostas nos quais acreditaram que poderiam ter tido progresso socioeconômico. Neste sentido, a declaração de um agricultor-assentado durante uma das reuniões que avaliava a equipe técnica e o Projeto Leite Sul, rompendo o silêncio que pairava sobre os participantes, foi reveladora de tal postura. Argumentando de que “não via resultado” dos trabalhos desenvolvidos pela “assistência técnica”, disse:

Não é isso que nós precisamos. Precisamos de planejamento da produção leiteira para ver se a gente se sustenta com o lote, produzindo leite. Temos que saber se vamos conseguir sustentar as vacas dentro do piqueteamento. Será que isso vai dar uma renda para a gente viver!?

É possível sugerir que ele “não via resultado” nos trabalhos da equipe técnica porque a apresentação de novas técnicas, manejos e possíveis sucessos proferidos nos cursos eram recebidos com desconfiança de sua real objetivação como fonte de renda econômica. A centralidade das questões sobre o desenvolvimento da bovinocultura leiteira não residia em incorporar conhecimentos técnicos acerca dessa produção, mas sim em saber se isso lhe proporcionaria condições de “se sustentar do lote produzindo leite”, ou então, “ter uma renda para viver”. A afirmação coloca em questão esta atividade produtiva a partir de uma noção de garantia e segurança na obtenção de condições necessárias para a reprodução socioeconômica daqueles agricultores-assentados que ali estavam dispostos a desenvolver a bovinocultura leiteira. A declaração de Sr. Pedro, citada anteriormente, também destacou a necessidade de realizar “planejamento do lote a curto, médio e longo prazo” com os técnicos do assentamento.

Dessa forma, priorizam uma busca por segurança nas atividades produtivas que venham a desenvolver. Esse comportamento também pode ser realçado tendo em vista que dos 21 agricultores-assentados que se inscreveram no Projeto Leite Sul como aqueles que desejavam desenvolver as orientações, apenas cinco as tinham levado a cabo quase um ano após o início do referido Projeto. Nesse sentido, como “tem que ver para crer”, revela-se um comportamento expressado pela maioria que, apesar do interesse, opta por esperar que algumas famílias desenvolvam tais manejos e técnicas para presenciarem, empiricamente, se aquelas experiências deram ou não certo, antes de se aventurarem pelos mesmos caminhos.

Ou seja, nem a COOPERVIDA, nem a equipe da COPTec logram constituir hegemonia em relação às orientações produtivas dos agricultores-assentados. Esta hegemonia pode ser configurada pela dinâmica produtiva regional e pelas influências de oscilações de preços das *commodities* e do controle da esfera financeira. Inseridas nesse contexto e sujeitas às possibilidades de reprodução social que esse campo de poderes estrutura, as diferenciações de estratégias produtivas entre os agricultores-assentados tendem a estar alicerçadas em suas distinções culturais (assim como familiares: número de integrantes, idade e sexo), haja vista a pequena influência daquelas cooperativas ligadas ao MST. O que resulta em um aumento da autonomia relativa individual para a construção de variações àquela hegemonia regional. Em outras palavras, se é o campo de poderes em que os agricultores-assentados estão inseridos relacionamente que delimita e conforma um campo de oportunidades aos indivíduos, a percepção e o acionamento de distintas oportunidades depende, em parte, das particularidades dos sistemas socioculturais dos agricultores-assentados, tendo influência nas diferenciações produtivas por estes desenvolvidas.

De acordo com Piccin e Moreira (2006) e Piccin (2007; 2011) a incorporação de inovações produtivas tem uma determinada relação com o conjunto de referências culturais adquiridas em trajetórias sociais passadas,



que se atualiza frente às circunstâncias vividas naqueles espaços de discussão técnica e que pode orientar um leque de variações de comportamento do tipo previdente. As particularidades de comportamento são um fator importante na montagem das estratégias produtivas, nas lógicas de ação subjacentes e na relação com a equipe técnica. Para muitos, a alternativa passa a ser o cultivo da soja ou o arrendamento do lote, conforme uma dinâmica da ambiência regional. Outros desenvolvem com fins comerciais, principalmente, a sojicultura e bovinocultura de leite. Alguns se arriscam com novas iniciativas comerciais e diversificam as fontes e obtenção monetária para além da soja e leite. Há, portanto, uma tendência de serem ressaltadas as sutilezas socioculturais inerentes às trajetórias sociais dos agricultores-assentados nesse espaço social.

Esses aspectos das trajetórias sociais e da posição social de produtor tendem a serem incorporados como sistemas socioculturais, que orientam e constituem a relação dos agricultores-assentados com os técnicos de ATES. Eles compõem um campo de poderes que também delimitam as ações das equipes técnicas.

Deste modo, é importante que os agentes de ATER e mesmo os pesquisadores tenham a habilidade de perceber os fatores da formação deste campo de poderes. Caso contrário, poderão, no primeiro caso, idealizar uma realidade que no futuro tende a se mostrar frustrante e, no segundo caso, depositar muitas expectativas sobre a atuação dos agentes de ATES como promotores do desenvolvimento nos assentamentos. Quem espera ou cobra determinados resultados, podem se equivocar. Pois os agentes de ATES compõem um campo de poderes assimétricos constituído e representado nos assentamentos rurais, como procuramos demonstrar durante neste artigo.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisaram-se os principais aspectos que formam um campo de poderes assimétricos de um conjunto de agenciamentos que instituem o assentamento enquanto espaço social. A equipe técnica é um dos agentes que o compõe, que tem sua autonomia, na complexa formação social do assentamento, delimitada pelos outros agentes e instituições diversas que aí interagem direta ou indiretamente. Esse campo de ação delimita as possibilidades e influências no assentamento, assim como, com relação às estratégias produtivas dos agricultores-assentados.

Este conjunto de situações que instituem o assentamento enquanto um espaço social de relações de poder e delimita a inserção da equipe técnica são principalmente: a) a institucionalidade estrutural do serviço de ATES; b) as dinâmicas das *lógicas do rolo* e da *empresa social*, sendo que a primeira tende a ser hegemônica sobre a segunda; c) a inserção do assentamento no contexto regional onde a soja é hegemônica produtivamente, o que denota a presença de agricultores vizinhos ao

assentamento, cooperativas e empresas que possuem uma legitimidade produtiva e cultural. Isso age internamente no assentamento e influencia fortemente as possibilidades de estratégias de reprodução social das famílias; d) O crédito agrícola e demais políticas públicas que são viabilizadas; e) a espacialidade da equipe técnica no assentamento, se aí reside ou não; e, f) as constituições socioculturais dos agricultores-assentados, ou seja, o conjunto de conhecimentos e valores, que se formam historicamente e são marcadas por situações de instabilidades de vida. As experiências formadas ou adquiridas pelos processos de socialização tendem a ser acionadas em assentamento, nas situações de produção de seus lotes e também no contato com as equipes técnicas.

Esse conjunto de elementos reduz as possibilidades de que a equipe técnica venha a impulsionar mudanças significativas, tanto com relação à metodologia de trabalho e orientação teórica do Programa de ATES, quanto aos processos de produção propriamente dita. Por outro lado, as equipes técnicas são condição *sine qua non* para que essas populações tenham acesso às políticas públicas e, nesse contexto, para afirmar os parcos direitos a quem, até pouco tempo atrás, não tinha. Arriscamos a afirmar que as equipes de ATES, neste contexto, funcionam como articuladoras de programas sociais para alívio da pobreza, não para que os indivíduos que dela se beneficiam possam se emancipar socialmente. Inerente à estrutura de funcionamento institucional da política de ATES parece haver uma ideologia que vê os agricultores-assentados não como indivíduos produtores e que podem e devem ter progresso econômico e social, mas que devem garantir apenas a subsistência. Aliás, essa ideologia atravessa o Estado brasileiro desde sua formação, a qual atribui aos pequenos agricultores um papel secundário nos processos de desenvolvimento econômico e social. Alguns setores da chamada agricultura familiar conseguiram romper com esse lugar social imposto pela sociedade brasileira por meio da mobilização social empreendida durante a década de 1990. Somente com mobilização é que os agricultores-assentados poderão buscar mais esse reconhecimento.

## 9. BIBLIOGRAFIA CITADA

ANJOS, E. G. **Coprasul: entre o idealizado e o vivido uma análise da prática cooperativa no MST**. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PGCS/FFCH/UFBa.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos Rurais: caminhos e desafios de pesquisa. In: ROMEIRO, A. et al. (Org's). **Reforma Agrária: produção emprego e renda – o relatório da FAO em debate**. Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1994, pp. 181-191.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 5° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Marco referencial para uma política nacional de assistência técnica e extensão rural**. 2ª versão. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2007.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAUME, D. J. **A tessitura do “assentamento de reforma agrária”: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder**. Campinas, 2002. Tese (Doutorado) - UNICAMP/IFCH.

CORDEIRO, Â.; SCHMITT, C. J.; AMANI, D. **Organizações Sociais Rurais Diante do Ajuste: o caso do Brasil**. Relatório preliminar do estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais do campo no Brasil. 2003. Disponível em: <[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)> acesso em: 10 mar. 2006.

COSTA, A. L. Extensão Rural e Meio Ambiente. In: **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Rio Grande, Vol 07, out./nov./dez. 2001, pp.01-25.

DIAS, M. M. A formação do engenheiro agrônomo como agente de promoção do desenvolvimento. In: **Revista Extensão Rural**. Ano XV, jan-jun 2008, pp. 53-68.

DIAS, M. M. Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATEs”. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, nº 3, set./dez. 2004, pp. 499-543.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; GARCIA, J. V. **Por que a “nova ater” não sai do papel? Uma análise da visão dos alunos do projeto residência agrária**. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Londrina, Pr, 2007.

DUARTE, L. M. G.; SILIPRANDI, E. A reconstrução da Extensão Rural Pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. In: **Anais do VI Congresso da ALASRU**. Quito/Chile, 2006. Disponível em:

<[www.alasru.org/cdalasru2006/15%20GT%20Laura%20Maria%20Goulart%20Duarte,%20Emma%20Siliprandi.pdf](http://www.alasru.org/cdalasru2006/15%20GT%20Laura%20Maria%20Goulart%20Duarte,%20Emma%20Siliprandi.pdf)> Acessado em: 16 mai 2007.

FERRANTE, V. L. Diretrizes Políticas dos Mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, L. et al. (Org's.) **Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar**. São Paulo: USP, 1994.

GAIGER, L. I. As Condições Socioculturais do Engajamento no MST. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n° 13, out. 1999, pp. 70-92.

GAIGER, L. I. Cultura e Religião no Espaço Agrário do RS: uma visão Parcial. In: **Estudos Leopoldenses**. São Leopoldo, Vol. 30, n° 136, mar./abr. 1994, pp. 69-94.

GUANZIROLI, C.; BRUNO, R. A. L.; CABANILHA, I.; DIAS, M. M. **Assistência técnica para assentamentos rurais: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER)**. Brasília, DF: MDA; FAO, 2003. 39 p. Relatório de Consultoria. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=261>>.

GUBERT, J. E.; BASSO, D. **Fortalecimento de Agricultores Familiares no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: análise diagnóstico de sistemas agrários - Jóia e Eugênio de Castro**. Ijuí: FIDENE/DEAg/UNIJUÍ, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. 2000. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)> Acesso em: 10 fev. 2007.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Arquivo de Registros do Processo de Aquisição de Imóvel Rural (Granja Ceres)**. Porto Alegre, 1996.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): Manual Operacional**. Brasília, DF, 2008.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): Manual Operacional**. Brasília, DF, 2004.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Normativa Técnica n° 78**. 2008. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/legislacao/ne\\_78\\_2008.pdf](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/legislacao/ne_78_2008.pdf)> Acesso em: 22 fev. 2009.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A Observação Direta e a Pesquisa Qualitativa. In: VV. AA., Vários Autores. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 254-294.

LEITE, S. P. et al. **Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

LEITE, S. P. O Estudo dos Assentamentos Rurais e os Parâmetros da Ciência Econômica. In: ROMEIRO, A. et alii (Orgs.) **Reforma Agrária: produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes; IBASE/FAO, 1994, pp. 202-215.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre / Rio de Janeiro: UFRGS / CPDA - UFRRJ, 1999.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. Marchas e Contra-Marchas na Política Agrária no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: INESC (org). **A Era FHC e o Governo Lula: transição?** Brasília: Instituto de Estudos Sócio-econômicos, 2004.

MILKNET. Projeto Leite Sul Capacitará Agricultores na Produção Agroecológica: **Agricultores familiares e assentados de RS, SC e PR serão beneficiados, 24/10/2005. Disponível em: <www.milknet.com.br/noticias.php?id=2073> Acesso em: 20 fev. 2007.**

MOREIRA, R. J. A Constituição Originária da Ideologia de Subsistência. In: **Terra, Poder e Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 27-56.

MOREIRA, R. J. Agricultura Familiar e Sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das Técnicas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, Vol. 8, 1997, pp. 51-69.

MOREIRA, R. J. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOREIRA, R. J. **Natureza, Ciência e Saberes I: identidade social e técnico agropecuário**. Convênio CPDA/REDES – NEAD/IN CRA. Curso de Atualização para os Técnicos da ATES. Texto apoio. Março, 2005. (mimeo).

NEVES, D. P. As Políticas Agrícolas e a Construção do Produtor Moderno: análise das representações dos técnicos agrícolas sobre os agricultores. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS, 1987, pp. 106-132.

PAULILO, M. I. Assentamentos de Reforma Agrária como Objeto de Estudo. In: ROMEIRO, A. et al. (Org's.). **Reforma Agrária: produção, emprego e**

**renda – O relatório da FAO em debate.** Rio de Janeiro: Vozes; IBASE/FAO, 1994. pp. 192-201.

PICCIN, M. B.; MOREIRA, R. J. A Agroecologia nas Trajetórias Sociais de Agricultores-assentados na Granja “menina dos olhos dos sem-terra”: o caso do Assentamento Ceres, RS. In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, Vol. 14, n° 2, out. 2006, p. 254-311.

PICCIN, M. B. **Lógicas Socioculturais e Estratégias Produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra.** Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado), CPDA/UFRRJ.

Piccin, M. B. **Habitus e Agricultores-assentados:** um estudo de caso a partir do assentamento “menina dos olhos dos sem terra”. Seropédica: EDUR, 2011.

PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”:** assistência técnica nos assentamentos rurais. Rio de Janeiro 2007. Dissertação (Mestrado), CPDA/UFRRJ.

RÜCKERT, A. **Metamorfoses do Território: a agricultura trigo e soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCARIOT, A. **Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR.** Santa Maria, 2002. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), PPEX/UFSM.

SILVA, A. G.; ARAÚJO, J. P. O dilema da assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o real praticado. In: **Revista Extensão Rural.** Ano XV, jan-jun 2008, pp. 103-127.

## **ENTREVISTAS CITADAS**

1. Engenheiro Agrônomo do assentamento Ceres. Compôs a equipe técnica que assessora os agricultores-assentados dos assentamentos da região. Concedida em julho de 2006.
2. Sr. Pedro – Agricultor-assentado no Assentamento Ceres. Concedida em julho de 2006.

Trabalho recebido em 14 de abril de 2010;  
Trabalho aprovado em 07 de março de 2012;